



**Ata da Sessão Ordinária da Assembleia
Municipal do Concelho de Figueira
Castelo Rodrigo, realizada no dia trinta
de setembro de dois mil e dezasseis**

-----Aos trinta dias do mês de setembro do ano de dois mil e dezasseis pelas quinze horas e trinta minutos, no Antigo Edifício dos Correios na Freguesia de Mata de Lobos, comigo, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, compareceram os Senhores Deputados para a realização de uma sessão ordinária da assembleia Municipal, convocada de acordo com o n.º 1 do artigo 27.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro, conjugada com o n.º 1 do artigo 25.º do Regimento da Assembleia Municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----O Senhor Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal deu início aos trabalhos. -----

-----Ao efetuar a chamada, verificou-se a ausência dos Senhores Deputados: -----

----- - Maria João Almeida André;-----

----- - António Manuel Saraiva Gonçalves;-----

----- - Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo;-----

----- - Nuno João Pimentel janeiro, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo;-----

----- - Nuno Miguel Marques Guerra, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Cinco Vilas e Reigada;-----

-----O Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal comunicou a justificação dos Deputados Municipais: António Manuel Saraiva Gonçalves e de Nuno João Pimentel janeiro, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Almofala e Escarigo por motivos profissionais, bem como de Acácio Augusto Morais, Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Algodres, Vale de Afonsinho e Vilar de Amargo por razões de saúde.-----

-----De seguida procedeu-se à abertura desta sessão ordinária da assembleia municipal de Figueira de Castelo Rodrigo. -----

-----Antes de dar a palavra ao público presente, o Senhor Presidente da Assembleia Municipal deu a palavra à Senhora Maria Deolinda Monteiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, a qual aproveitou para dar as boas-vindas a toda a comitiva que ali tinha comparecido, agradeceu a presença de todos os presentes, designadamente dos Senhores Presidentes da Assembleia

e Câmara Municipal, dos membros da Mesa e restantes Deputados Municipais, dos Senhores Vereadores e restantes representantes do concelho, fazendo votos que a sessão da assembleia decorresse com normalidade como vinha sendo hábito. Também esclareceu a escolha do local onde estava a decorrer a sessão, uma vez que tinham sido os antigos Correios, os quais estavam muito danificados e então tinham sido alvo de uma requalificação do edifício, a qual tinha ficado muito bem como todos podiam ver, embora houvessem já muitas danificações no mesmo, tais como no rodapé e na escadaria, mas o edifício em si estava muito bom, e como tal achava que devia pedir ao Senhor Presidente da Câmara, que como não sabia o fim para que este tinha sido destinado, queria que o edifício fosse ocupado e estivesse sempre aberto, e se seria possível haver uma extensão do Centro interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo, uma vez que a Batalha da Salgadela se deu nesta freguesia de Mata de Lobos, embora digam Batalha de Castelo Rodrigo, mas para nós sempre será Batalha da Salgadela, pois no seu entender isso poderia levar à criação de um posto de trabalho, uma vez que teria haver ali alguém, isto claro se fosse possível. Além do pedido já feito muitos outros gostaria que fossem atendidos, como a continuação dos passeios na estrada de Escalhão, o projeto para o famoso caminho Mata de Lobos/ Convento de Santa Maria de Aguiar, a pintura das bermas nas estradas, nomeadamente a de Escalhão, o arranjo da estrada de Nave Redonda que só tem buracos, a luz que têm pouca potência, pois segundo parece foi retirada potência no Posto de Transformação (PT), tanto que havia mais potência mas foi retirada, o projeto do quartel, e outros pedidos que a população iria fazer dali a pouco. Terminou a sua intervenção desejando que todos se sentissem bem naquela freguesia, e que no final da sessão da assembleia municipal se iria realizar um pequeno lanche na Junta de Freguesia, em que ficavam todos convidados para comparecerem.-----

-----O Senhor Presidente da Assembleia Municipal agradeceu à Senhora Maria Deolinda Monteiro da Silva, Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, pelas suas palavras e disponibilidade demonstrada na realização desta sessão da assembleia municipal na freguesia de Mata de Lobos."-----

-----**1. Período de Intervenção Aberto ao Público:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Hoje felizmente há aqui muito público, pois nós gostamos que as assembleias sejam assim, que estejam participadas, pois é bom sinal, é sinal que os munícipes estão atentos à sua coisa pública, que estão preocupados com ela, e é bom participarem. Portanto vamos dar a palavra a alguém do público que queira usar da palavra. Vou passar a palavra ao Senhor José Calado Ferreira."-----

----- **José Calado Ferreira:** "Muito boa-tarde. Cumprimentando o Senhor Presidente da Assembleia e os restantes membros, o Senhor Presidente da Câmara, os Senhores Vereadores, Senhores Deputados e restante público. Quero enaltecer o Senhor Presidente da Câmara pela recriação da Batalha da Salgadela, pois foi um êxito. Parabéns. Os figurantes estiveram à altura tanto que pareciam uns autênticos profissionais. Senhor Professor e Deputado Municipal Henrique Silva, os meus parabéns uma vez que teve um papel importante, não haja dúvida nenhuma. A Feira Agrícola mais uma vez também está de parabéns, pois o concelho esteve ali representado, mas Senhor Presidente quero-lhe perguntar, o que é que se passa com o Cartão de Saúde? Porque é que este está desativado se sabe bem que é preciso? Senhor Presidente também outra pergunta, a qual tem a ver com os Lacticínios da Marofa, se

está em boas mãos e como é que está essa situação? No dia sete de julho tivemos cá os empresários e acho bem que o negócio se concretize pois a nossa economia precisa desse investimento. Esta é também uma pergunta que deixo no ar. Outra pergunta que também formulo a V.Exa., e que para a economia local é muito importante, a qual passa pelo regadio do nosso concelho. Como é que está? Há estudos ou não há? Qual é a viabilidade económica? Também acho um assunto muito importante, mas deixo ao critério do Senhor Presidente se achar ou não oportuno responder, pois eu também percebo que estes processos não se resolvem como uma varinha mágica, ou seja, que de um dia para o outro se façam, porque muitos andaram tanto tempo e nada fizeram, e não é agora o Senhor que ao cabo de três anos que terá de fazer tudo. Também queria que esclarecesse a situação relativa ao Serviço Nacional de Saúde, porque eu sei que o Senhor Presidente tem andado em constantes negociações com a ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, e então pergunto, vamos ter mais um médico ou não? Isto porque o Cartão de Saúde é um complemento e não é para substituir o Serviço Nacional de Saúde, é que constou-se-me que anda aí um Senhor que concorreu às últimas eleições e que anda já a querer vender um determinado serviço, pois parece que passou por Almeida e que pretende fazer operações às cataratas e insiste, mas nós não precisamos desses serviços, nós queremos é o complemento ao Serviço Nacional de Saúde. Portanto Senhor Presidente é isto que eu tenho a dizer, e continuamos a confiar no Senhor Presidente e no executivo. Tenho dito. Muito obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado. Mais intervenções do público? Enquanto vão pensando se intervêm ou não, vou dar a palavra ao Senhor Presidente, se tiver alguma resposta a estas questões do município."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Boa tarde a todos. Senhor Presidente da Assembleia Municipal, restante Mesa da Assembleia, Senhores Deputados, Senhores Vereadores, prezados munícipes aqui fregueses da Mata de Lobos. Sejam todos bem-vindos. É com grande satisfação que nos encontramos aqui nesta freguesia, e também é com grande contentamento de ver a afluência de tanta gente e tantos munícipes aqui presentes para assistir a esta assembleia municipal, pois de facto é revelador de que têm interesse pelos assuntos não só do concelho mas fundamentalmente da vossa freguesia, e portanto naturalmente que é deveras importante que haja esta participação, tanto que nós apelamos à participação de todos, sejam nestas sessões da assembleia municipal, sejam nas reuniões públicas das reuniões de câmara. Respondendo agora em concreto a uma das questões que o Senhor José Calado Ferreira nos colocou relativamente ao Seguro de Saúde, quero dizer que está a decorrer efetivamente o concurso, o qual ainda não está totalmente finalizado mas esperemos que o assunto fique resolvido com a maior brevidade possível, pois como sabem este é um concurso internacional e demoram mais tempo porque os prazos são mais alongados, mas felizmente o concurso não está deserto, ou seja, houve concorrentes, uma vez que quatro empresas manifestaram vontade e concorreram ao Seguro de Saúde, o que é revelador do êxito que foi o primeiro ano de funcionamento do Seguro de Saúde, porque ele é uma realidade e já não é uma virtualidade como se falava há um ano atrás, e nesse sentido é deveras revelador do êxito que foi o Seguro de Saúde. Portanto em relação ao concurso ele está a decorrer, mas há prazos que têm que ser cumpridos e por vezes também há algumas reclamações que decorrem nestes prazos, e obviamente que estes

procedimentos levam sempre o seu tempo, mas eu estou convencido que muito em breve vamos ter o problema resolvido. Quanto à questão dos Lacticínios da Marofa, concretamente da Empresa "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A.", que aliás faz parte dos assuntos desta sessão da assembleia, dizer-lhes que o município tudo tem feito para que efetivamente se consiga atrair investimento para o concelho. Este investimento que é de grande envergadura, em que estamos a falar de valores muito significativos tem sempre as suas fases de negociação, e portanto a autarquia está a acompanhar de perto todas essas fases, uma vez que o Município é um mero intermediário neste processo todo, pelo que as negociações estão a decorrer entre a Caixa Geral Depósitos e a empresa em causa. Comunicar-lhes que o Município está a acompanhar de perto estas negociações, mas claramente que estes assuntos como são delicados e implicam negociação demora sempre um pouco mais, apesar de estar convencido que em devido tempo e relativamente curto, que teremos novidades relativamente aos Lacticínios da Marofa. A outra das questões que nos foi colocada prende-se com o Serviço Nacional de Saúde, e dizer-lhes que ainda há sensivelmente três semanas fiz uma exposição por escrito ao Presidente da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, dando-lhe nota da necessidade de pelo menos mais um médico no concelho uma vez que tinha havido esse compromisso connosco, e também de que efetivamente houve um concurso que foi aberto, o qual foi muito badalado na comunicação social a vinda de um médico para o concelho. Houve uma resposta da ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, dizendo-nos que essa vaga não foi preenchida porque o médico que supostamente era para vir para o concelho acabou por ir para outro lugar, e que naturalmente essa vaga não seria preenchida. Claro que nós continuamos aqui preocupados com esta situação, pois temos insistido de que é permente que haja pelo menos um médico adicional no nosso Centro de Saúde. É uma batalha que nós temos vindo a insistir para além de outros aspetos de pormenor, mas que são importantes e que temos vindo a referenciar, nomeadamente a questão de um telheiro nas urgências, em que nós demos nota disso ao Secretário de Estado Adjunto da Saúde dessa nossa preocupação, que é necessário de facto ter ali um telheiro de proteção, não só para os doentes mas também para os bombeiros que ali circulam, bem como para as pessoas que se aglomeram ali para naturalmente tratar do doente. Demos-lhe nota da necessidade de ter ali uma morgue para albergar os nossos entes falecidos, isso são preocupações, mas a sinalética que era umas das reclamações no Centro de Saúde já está instalada e resolvida. Agora estas são situações sensíveis, pelo menos estas duas questões, quer do médico quer daqueles pequenos arranjos que são necessários acrescentar no edificado do Centro de Saúde, é deveras preocupação nossa, temos insistido nisso quer por escrito quer em reuniões, mas efetivamente há ali alguns entraves que bloqueiam o avanço, não só do procedimento do médico, mas também destas pequenas obras que são necessárias implementar no Centro de Saúde. Relativamente ao regadio, como sabem existe um projeto de regadio, em que já está constituída uma Comissão de Regantes na freguesia da Vermiosa. Efetivamente, eu penso que era urgente a gente terminar esse processo de regadio da Vermiosa, para depois se debruçar sobre o outro processo que também obviamente já temos um pré-estudo feito, portanto quanto ao regadio com o aproveitamento da Barragem do Convento de Santa Maria de Aguiar, mas fundamentalmente temos que terminar o regadio respeitante à zona da Vermiosa.

Nesse sentido, nós vamos tentar marcar rapidamente uma reunião com a DRABI - Direção Regional de Agricultura da Beira Interior, como o objetivo de se avançar e concluir este processo do regadio na Vermiosa."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Mais questões do público? Faça favor de intervir. Vou passar a palavra à Senhora Maria Augusta de Carvalho Quadrado."-----

----- **Maria Augusta de Carvalho Quadrado:** "Boa tarde a todos. Eu vivo aqui na freguesia de Mata de Lobos e tinha duas ou três propostas para pedir aos Senhores se faziam o favor. A primeira proposta era, e eu já solicitei isso há um ano, sei que tinham intenções de colocarem umas lombas na entrada de Mata de Lobos na estrada que vem de Figueira de Castelo Rodrigo. Acho que é um problema em que é preciso vermos isso, isto porque há muitas pessoas que passam com velocidade naquele sítio. Outra proposta é que nessa mesma estrada, existe ali uma prioridade à direita, onde é constatado que devia ser um stop, pois quando se vêm de Figueira de Castelo Rodrigo acho que devemos vir a cinquenta ou sessenta quilómetros à hora e temos que guardar uma prioridade ali naquele sítio, e acho que era um stop que havia de ser necessário ali, isto porque há dois sinais a colocar naquela estrada, um quando vimos para Figueira de Castelo Rodrigo e outro quando se corta a estrada para o outro lado quando se vai para a sede do concelho, uma vez que há cerca de ano e meio houve ali uma situação, em que a carreira que não tem cintos para todas as crianças, e fez ali uma paragem muito forte, a qual levou a um grande problema e discussão, e eu penso que em vez de discutirmos que era melhor reagirmos, e pôr um stop antes que haja outros problemas. Outra situação que queria levantar, e que gostava que me ouvissem porque é uma necessidade, é que temos aqui um ribeiro na estrada que liga a Figueira de Castelo Rodrigo, o qual no inverno enche e vai para dentro da casa de uma pessoa que se encontra aqui presente. Eu acho que devemos tomar em conta essas coisas, porque hoje na altura que estamos em dois mil e dezasseis, não podemos consentir que haja a água que chegue aos pés das crianças, e portanto há alguma coisa a fazer, como uma canalização daquele ribeiro que vá desaguar a outro lado, mas isso tinha que ser feito, ou então teremos que reagir de outra maneira porque aquilo não pode continuar assim. A quarta situação que eu queria pedir, era a luz cá na Mata de Lobos, o qual já foi levantado esse problema pela nossa Presidente de Junta, pois não existe luz suficiente, uma vez que temos dois Pontos de Transformação (PT) onde podíamos ter mais um ou dois, porque no Lar de Idosos as máquinas não podem ser ligadas como é dado porque a eletricidade vai-se abaixo. Porquê? Porque as salas da ordenha quando estão ligadas as pessoas não podem ligar as máquinas naquele local. Portanto é outro assunto que tem de ser revisto, e é um assunto com urgência. Também gostava de solicitar, que na nossa aldeia as luzes que estão fundidas fossem postas de novo, uma vez que há muitos sítios por onde a gente passa que não há luz nem claridade nenhuma, e gostaria também que o Senhor Presidente se pudesse, que colocasse mais luz da Santinha, a qual se encontra na estrada de Figueira de Castelo Rodrigo, até à Ponte, isto pelo facto de que cada vez há mais pessoas que andam a pé, e pela segurança delas acho que devia haver ali uma extensão. Obrigado por me ouvirem."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado pela sua intervenção, Senhora Maria Augusta Quadrado. Não sei se o Senhor Presidente quer dizer alguma coisa?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Relativamente à questão das lombas, este assunto já foi sobejamente relatado, temos conhecimento, já vieram cá os nossos técnicos, e efetivamente já fizemos a encomenda de lombas porque estas coisas demoram o seu tempo, isto porque nós tínhamos lombas que foram colocadas na sede do concelho junto às escolas, e como não dispunhamos de mais tivemos que as adquirir, mas estas coisas levam o seu tempo, e como tal este assunto não está esquecido. Quanto à questão do stop tem que se ver isso, mas penso que se resolverá facilmente. Relativamente ao caso da potência da luz que foi aqui já referenciado, não creio que tenha havido uma redução de potência, mas pode ter havido é eventualmente um aumento de maior utilização, e como se calhar a potência que está instalada não é suficiente acaba por provocar quebras ou reduções, mas eu vou manifestar isso por escrito à EDP - Energias de Portugal, porque isso é da sua intervenção não é nossa, apesar de já o termos feito telefonicamente, mas estas situações se não forem reportadas por escrito caem no esquecimento, e portanto vamos dar nota disso. Quanto à questão do ribeiro, efetivamente é um assunto que todos os anos nos deparamos com estas queixas, principalmente do Senhor por onde entra a água, tanto que já aqui se deslocaram os nossos técnicos e o próprio engenheiro, já houve intervenção do Município nesse local, mas eu não sei se o problema foi devidamente tratado ou não, pois nós não somos técnicos e isso é deixado ao seu critério, mas se tal não aconteceu obviamente que temos que intervir, e assim será dada nota aos engenheiros antes que comecem as chuvas, para virem cá para ver se há solução, qual é, e que intervenção é que nós poderemos ter nessa questão do ribeiro, porque realmente não podemos deixar este assunto por mãos alheias. Também vou dar conhecimento de algumas iluminárias que estão fundidas para serem substituídas, bem como da questão do acréscimo da rede eléctrica até à ponte."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. A vantagem, se houvesse necessidade de demonstrar vantagens de irmos às freguesias, é porque assim o executivo leva sempre um caderno de encargos, e eu digo, que são problemas tão simples de resolver e portanto tem que ser resolvidos, pois tomáramos nós que o concelho tivesse problemas tão simples para resolver mas temos que os resolver, e com certeza que mal seria se daqui por uns tempos andássemos a falar do mesmo tema e dos mesmos problemas. De qualquer modo obrigado pela sua participação, porque muitas vezes com coisas simples dá-se qualidade de vida às pessoas e é isso que tem de ser feito, e penso que o Município fará isso rapidamente. Mais intervenções do público? Não havendo vamos passar para o próximo ponto na ordem de trabalhos."-----

-----**2. Período Antes da Ordem do Dia:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "É aquele período para se falar de questões de interesse municipal e geral, e os Senhores Deputados agora é que tem a palavra para dizerem o que lhes vai na alma sobre estas coisas do município e das freguesias. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Carlos Almeida."-----

----- **Carlos Manuel Gonçalves Almeida, Deputado Municipal:** "Boa tarde a todos, especialmente às pessoas da Mata de Lobos. Portanto aproxima-se a altura das vindimas, as quais na nossa zona são extremamente importantes, pois há muita gente a viver da vinha e com a vinha. Eu venho com esta intervenção, solicitar ao Senhor Presidente da Câmara que use os seus bons ofícios, no sentido de

contactar o Comando Distrital da Guarda Nacional Republicana, para fecharem um pouco os olhos na fiscalização que com alguma frequência nesta altura fazem aos tratores e ao transporte de pessoal, pois é a economia de uma reunião que pode ser posta em causa. Quem anda metido nestas coisas sabe que um trator no dia seguinte a ter saído do stand, os stops já não funcionam e os piscas também não, bem como já tem uma série de luzes fundidas, enfim, que a Guarda Nacional Republicana nesta altura se preocupe mais com outros assuntos e que feche um pouco os olhos, no sentido de não por em causa o que é extremamente importante, e a vinha é essencial na economia deste concelho. Eu penso que seja hábito os Presidentes de Câmara terem uma palavrinha com a autoridade em questão, e é por isso que estou a dizer ao Senhor Presidente, que na minha opinião deveria ter uma palavrinha para com o Comando Distrital para não serem muito interventivos neste período, porque já fizeram uma intervenção e já deixaram a marca."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Admito que seja uma questão melindrosa a intervenção do Senhor Deputado, mas eu acho que com alguma subtiliza a própria assembleia pode fazer uma espécie de recomendação sem raiar a ilegalidade, pois é evidente que estamos numa margem de difícil intervenção, só que podem dizer que aquilo pode ser perigoso e que de repente caem pessoas, pois é, mas também é perigoso para a economia das pessoas, porque há aqui um princípio da proporcionalidade que tem de ser feito e penso que é em nome deste princípio que tem que se adaptar. Nesse sentido, eu não via muito descabido a assembleia fazer uma recomendação muito subtil e finhamos que ser muito engenhosos a fazê-la, porque são assuntos melindrosos como é óbvio, uma vez que não podemos dizer à autoridade que hoje não fiscalize e que faça uma pausa na fiscalização, mas podemos alertá-los para a importância da economia local, o princípio da proporcionalidade que aqui tem de ser usado e utilizarmos a pedagogia em vez da repressão através de uma intervenção pedagógica, isto parece-me que podia ser feito nestes termos como é evidente, sendo certo que eu reconheço que seja um assunto muito melindroso, agora o princípio da proporcionalidade existe precisamente para que as forças de segurança e outras quaisquer outras forças sejam prudentes no exercício do seu poder, sejam mais pedagógicos do que repressivos, ou seja, tudo isto é possível dentro desta margem muito estreita, porque esta matéria pode suscitar e ferir alguns ouvidos mais legalistas, de que nos estamos a meter com as forças de segurança. Claro que está a recomendação feita, e eu próprio enquanto Presidente da Assembleia possivelmente também farei um texto com esta subtiliza que tem de se encontrar dirigida ao Senhor Comandante da Guarda Nacional Republicana, e com certeza que o Senhor Presidente da Câmara também o fará alertando para a necessidade de haver alguma prudência e bondade de atuação. Mais intervenções no período de antes da ordem do dia? Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Muito boa tarde. Senhor Presidente da Mesa, Digníssimos elementos da Mesa, Senhor Presidente da Câmara, Senhora Presidente da Junta de Freguesia da Mata de Lobos, colegas Deputados e Público presente. Os meus primeiros votos são para que a gravação falhe nos minutos que me antecederam, e que a Senhora Secretária não passe em ata o que foi dito por razões óbvias. Não obstante, concordar com o facto de se poder sensibilizar para as necessidades do nosso concelho, nomeadamente a nível de fiscalização nesta altura, uma vez que

obviamente existem práticas que não são regulamentares como o Código da Estrada, mas que são necessárias propriamente para que as vindimas se façam, e começaria por aí pelas vindimas, e dizer que entrámos num momento importante para o nosso concelho, mas recordo como era há uns anos atrás em que filas e filas de tratores se acumulavam desde a Adega Cooperativa até à Caixa Geral de Depósitos e muitas vezes até aos Bombeiros Voluntários Figueirenses, e passavam dias e dias de trânsito em Figueira de Castelo Rodrigo, para conseguir fazer o descarregamento da matéria-prima que daria lugar ao nosso vinho reconhecido mundialmente. Infelizmente as coisas alteraram-se, e também é verdade que hoje em dia existem muitos produtores particulares no concelho, bem como diversas iniciativas mais pequenas que produzem vinho de qualidade e que deve ser elevado, mas nota-se um declínio grande de produção e compete à câmara municipal de forma indireta intervir, e penso que tenha começado nessa senda já tarde, intervir de forma a que o concelho volte a encontrar o seu rumo que tem de ser obrigatoriamente ligado ao setor primário, porque infelizmente da forma como o País está estruturado não existirá grande saída para territórios como ao nosso, que não seja apostar na agricultura e na transformação dos produtos agroalimentares. Queria agradecer à Senhora Presidente de Junta da Mata de Lobos pelo facto de nos ter recebido aqui neste edifício, no qual participei enquanto Técnico do Município na fase da sua candidatura, pois foi um edifício que foi candidatado pelo anterior executivo mas já concluído pelo atual, e eu conheço o antes e o depois e reconheço a mais-valia deste edifício para a freguesia de Mata de Lobos e todo o concelho. Infelizmente, como grande parte dos equipamentos municipais e das freguesias não está a ser utilizado a cem por cento, o que acaba por ser um problema estruturante, uma vez que há uma grande apetência para fazer obra e há pouca apetência para depois a ocupar, e vemos isso no concelho apesar de não sermos o pior exemplo, mas muito dos nossos equipamentos estão com custos de manutenção altíssimos e não estão sequer a ser utilizados, e deveria ser algo para o qual devíamos olhar, mesmo quando planificamos o futuro e que tentamos lançar novas obras devemos olhar para o que está, e verdadeiramente perguntarmos se faz sentido continuar nesta direção de construir elefantes brancos, quando depois não lhe podemos sequer dar uso. Concordo perfeitamente com a ideia de criar aqui um polo que tenha algo a ver com o Centro Interpretativo da Batalha de Castelo Rodrigo ou Batalha da Salgadela, pois acho que é uma forma de desenvolver a Freguesia, e que poderá fazê-lo independentemente da existência ou não em Figueira de Castelo Rodrigo de um Museu, até porque e uma vez que já tem um espaço poderia começar em apenas próprias em pensar num projeto e lançar-se sozinha nele, até porque a Freguesia de certeza que iria agradecer. Queria felicitar o Senhor Presidente da Câmara por algumas das suas realizações passadas, nomeadamente a Comemoração da Batalha da Salgadela, do Feriado, a recriação da Batalha e a Feira Agrícola. Estender esta congratulação ao Senhor Primeiro Secretário da Mesa Henrique Silva, que eu sei que teve um papel muito importante no que diz respeito à recriação e dou-lhe os meus parabéns, pois foi algo muito bem conseguido. No primeiro ano foi um evento de sucesso e espero que se repita, pois os bons exemplos e as boas práticas têm que ser louvadas, e obviamente tem o direito a esta palavra. Queria dizer ao Senhor Presidente, que se o Seguro de Saúde acabou deveria ter acautelado a sua renovação a tempo, uma vez que nas suas palavras é algo estruturante para o concelho e importante para as pessoas, e não deveria ter deixado chegar ao fim

sem acautelar a renovação imediata. De igual forma, enquanto figueirense sinto-me injustiçado por ter sido publicitado pela ULS - Unidade Local de Saúde da Guarda, o facto de irmos ter mais um médico no concelho e essa promessa não se concretizar, e penso que deveria cobrar essa promessa por todos os meios possíveis e não só ficar pelas palavras. Para já é só. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Eu apenas queria dar duas informações no que toca a esta fase das vindimas em que o concelho está a trabalhar, pois recolhi alguns números só para terem noção da Adega Cooperativa de Figueira de Castelo Rodrigo, e até dois mil e dez demitiram-se, porque como sabem o Código Cooperativo tem o chamado princípio da Porta Aberta, isto é, liberdade de entrada e liberdade de saída, pois não se pode negar a ninguém o direito à admissão e quem se demite leva o seu capital que investiu, estavam duzentos cooperadores com a demissão pedida, o que representava um volume de capital na ordem dos trezentos mil euros de devolução aos cooperadores, e hoje terá cerca de quatrocentos cooperadores, isto só para terem noção dos números e do que estamos a falar. É evidente que apareceram privados, mas não podemos negar esta realidade e estes números que temos os quais são bastante assustadores, e que no fundo servem para explicar o porquê de não haver de facto tantos tratores a chegarem à Adega. Mais intervenções? Faça o favor de intervir, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Eu quero dar as boas-vindas a todos, começando ali pelo Senhor Presidente da Câmara indo ao Senhor Presidente da Assembleia, e espero que tenham passado umas férias nas praias muito agradáveis, porque sinceramente nunca fui à praia e passei cá as férias como sempre. À Mata de Lobos, obrigado por nos ter recebido até agora muito bem, e daqui a um bocado ainda nos vai receber muito melhor, não duvido. Senhor Presidente queria louvar ou felicitar esta Câmara provavelmente porque o merece, uma vez que tem tentado fazer eventos, alguns com qualidade outros com defeitos, é verdade, mas quem é que não erra? Quem nada faz como eu costumo dizer. É provável, não sei, dirão alguns que nos eventos só se gasta dinheiro. É possível sim que se gasta dinheiro, mas eu acho que há sempre um retorno a nível de dinheiro, porque são pessoas que vem à vila e às aldeias, e por aí adiante, pois todos nós sabemos como isto funciona, ou seja, é a chamada economia local a funcionar. Penso que a Batalha de Castelo Rodrigo ou da Salgadela, pelo pouco que sei da Batalha os da Mata de Lobos terão razão, porque foi aqui que acabaram mesmo com os espanhóis, dizem que era só sangue e que esquartejaram aquela gente toda e que a batalha terminou aqui, e portanto é da Mata de Lobos é de Castelo Rodrigo, é de Figueira de Castelo Rodrigo e está tudo bem. Quero-lhe dizer que continue assim e que façam eventos, pois haverá outras maneiras de trazer investimento para o concelho, é provável que haja, provavelmente será mais difícil e não será tão rápido, mas existem. As fábricas como está provado, há anos que nos prometem fábricas, umas eram de óculos e outras eram de agulhas, mas está provado que se as fábricas fecham aonde há gente, dinheiro e capital, possivelmente não será aqui também que eles se vão fixar. Quero desejar a todos umas boas vindimas, pois aqueles que tenham vindimas que as façam, e que é provável que agora as filas dos tratores não se acumulem, porque hoje um trator tem uma grande capacidade e trabalha por várias pessoas, e é possível que seja um bocadinho por aí, mas penso que a nossa Adega

Cooperativa realmente entrou na rota com ajuda deste executivo, e que só poderá vir a melhorar por aquilo que ouço dizer, acho que está aí para durar e para melhorar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. O Senhor Deputado José Mano por momentos a falar da história quase que parecia o Professor José Hermano Saraiva, tanto que já estamos a ver o sangue a escorrer, e se fosse José Hermano Saraiva víamos o sangue a escorrer claramente. Então não há mais intervenções dos Senhores Deputados? Não havendo vamos prosseguir com a ordem de trabalhos."-----

-----**3. Período da Ordem do Dia:**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Existe uma proposta, a qual vai ser distribuída de imediato, em que eu pedia que fosse incluída na ordem de trabalhos, que é a **Proposta n.º 380/2016-PCM/MANDATO 2013 -2017, Projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Programa "Apoio ao Idoso"** em que ficaria como número **3.14** se for aprovada a sua inclusão. Colocada à votação a inclusão desta proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Também o Senhor Presidente da Junta de Freguesia da União de Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia fez-nos chegar uma missiva que eu vou ler:-----

----- «A União de Freguesias de Freixeda de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, vêm expor o seguinte:-----

-----A nossa Junta de Freguesia encontra-se a realizar obras de melhoramento na Ex-sede de Junta de Freguesia de Penha de Águia, tais como lavagem do telhado, pintura exterior e interior, e aquando do início da lavagem do telhado verificamos que a telha estava toda partida e podre, pelo qual tivemos que pedir outro orçamento para a colocação da telha nova e realização de todos os trabalhos necessários, para que o telhado fique em boas condições.-----

-----Desta forma, acresce e muito a despesa que pretendíamos realizar, passou de cerca de quatro mil Euros para catorze mil Euros.-----

-----Face ao exposto e porque se trata de uma situação de carácter urgente, solicito a V/Exa que proponha mais um ponto à "Ordem de Trabalhos" nesta Assembleia, para que autorize o Município a realizar um contrato de colaboração e comparticipação financeira, num valor de sete mil Euros (50% do valor total dos trabalhos), com a União de Freguesias de Freixeda de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, a fim de atenuar as despesas que são necessárias realizar.»-----

-----O Senhor Presidente como deve compreender, nós não podemos por isto na ordem de trabalhos, o que vamos fazer sim, é encaminhar imediatamente para a Câmara Municipal, isto porque a Assembleia delibera por proposta da câmara estes contratos de comparticipação, ou seja, eu vou fazer chegar ao Senhor Presidente da Câmara para levar ao executivo esta proposta de comparticipação com carácter de urgente, e depois sim virá à Assembleia Municipal pois não pode ser de outra maneira, uma vez que a Assembleia não pode deliberar sem proposta da Câmara Municipal nestas matérias."-----

-----**3.1. Correspondência recebida e outras informações.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Recebemos correspondência, a qual passou pela renúncia de mandato do Senhor Vereador António Ribeiro e com a justificação que deu, que também já é de conhecimento público, pois até já há substituto dele que é o

Senhor Vereador Carlos Condesso, que aliás já está em funções há bastante tempo, ou seja, desde que tinha apresentado a suspensão ao mandato."-----

-----**3.1.1. Apreciação das Atas das Sessões de 29 de abril, 24 de junho e de 06 de julho de 2016.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Ninguém quer apreciar as atas? Já foram aprovadas em minuta, como sabemos. Sendo assim se ninguém quer apreciar, já foram aprovadas em minuta, não há apreciações, não há correções, vamos manter as atas como foram aprovadas em minuta e por unanimidade dos membros presentes."-----

-----**3.2. Apreciação da Informação Escrita do Senhor Presidente da Câmara sobre a atividade municipal e situação financeira do Município, nos termos da alínea c) do n.º2 do artigo 25.º da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Esta informação escrita, e para o ilustre público que nos está a ouvir e que não está habituado a estas sessões da assembleia, é sempre obrigatório o Senhor Presidente da Câmara vir dizer o que anda a fazer e como é que estão as finanças do município, e portanto é isso que nos vai explicar. Faça o favor, Senhor Presidente."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "No que respeita a esta questão da atividade municipal, e depois relativamente à situação financeira do Município que está aí por escrito, não vou estar aqui a ser exaustivo mas vou elencar alguns dos aspetos mais importantes, ou que pelo menos acho que sejam importantes vir a referenciar: («-----

----- - A apresentação do Projeto «Life's Rupies» em Barca d' Alva, o qual parece-me um projeto importantíssimo no domínio ambiental e que certamente implica aqui um investimento significativo, superior a dois milhões de euros, e penso que é fundamentalmente um projeto que terá a intervenção da ATN - Associação de Transumância e Natureza, e que possa ser estruturante para o município e para o concelho;-----

----- - Referenciar aqui que foram celebrados vinte e cinco contratos de trabalho por tempo indeterminado, com os ex-internalizados da Empresa Municipal " Figueira, Cultura e Tempos Livres";-----

----- - Realçar a inauguração da Incubadora de Oficinas e Indústria na zona Industrial de Castelo Rodrigo, que alberga duas empresas neste momento e que naturalmente contribui para a criação de alguns postos de trabalho;-----

----- - Salientar também aqui a reunião com o Senhor Ministro do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social, para lhe dar conta de alguns problemas de âmbito social e de algumas obras que gostaríamos de ver aqui implementadas no concelho, e também para oscultar a sua sensibilidade para estes projetos;---

----- - Também a questão das Festas de Figueira de Castelo Rodrigo, que incluíram naturalmente a Recriação Histórica da Batalha de Castelo Rodrigo ou da Salgadela como lhe queiram chamar, a Feira Agrícola que teve bastante sucesso, e aqui a Associação "Douro Altitude" teve um papel preponderante;-----

----- - Destacar a visita da Senhora Secretária de Estado do Turismo, Dra. Ana Mendes Godinho, que fez o favor de participar na recriação histórica e também ela se trajou devidamente para participar, pois de facto foi um momento importante e emblemático aqui para o concelho;-----

----- - Falar aqui nalgumas reuniões na CCDRC - Comissão de Coordenação de Desenvolvimento Regional do Centro, relativamente à questão dos PARUS - Planos de Regeneração Urbana, e de tentar ver junto desta Comissão de Coordenação a sensibilidade para apoiar o Município nalguns dos projetos que temos aqui em mãos, e depois a reunião que foi executada do Conselho Municipal de Educação, a qual visava fundamentalmente verificar como é que tinha corrido o início do ano letivo, e ver as medidas que estão a ser implementadas pelo Agrupamento de Escolas não só para auxiliar os alunos, mas também para analisar todas as atividades que iriam ser realizadas ao longo deste ano letivo. Também a reunião com a Caixa Geral de Depósitos, para indagar naturalmente das negociações relativas ao projeto dos Lacticínios da Marofa, para também oscultar do ponto de situação.»-----

-----No que respeita à Situação Financeira do Município, dizer-lhes que o Município continua ainda a usufruir de uma situação financeira equilibrada, pois em termos de disponibilidades tem um total de 1.025.128,34 euros (milhão vinte e cinco mil cento e vinte oito euros e trinta e quatro cêntimos), isto a 22/09/2016. Relativamente ao endividamento de médio e de longo-prazo mantém-se estável, pois o Município continua a cumprir com as respetivas amortizações de uma forma regular e dentro daquilo que são as suas obrigações legais que tem de realizar, conforme podem ver no quadro apresentado.-----

Dívidas de médio e longo prazo (empréstimos)

	Capital em dívida	Encargos pagos até 22 Setembro de 2016	
		Juros	Amortização
Empréstimos de longo prazo	2.498.572,67 €	20.387,22 €	214.642,63 €

-----Relativamente aos empréstimos são estes os valores em dívida.-----

-----No que respeita às dívidas de curto prazo temos:-----

Dívidas de curto prazo (empreiteiros e fornecedores)

Fornecedores em geral	161.585,01 €
Águas do Zêzere e Côa, S.A.*	396.469,02 €
Empreiteiros	66.902,44 €
TOTAL	624.956,47 €

*Restante, no valor de 891.063,36 € em plano de pagamentos para anos seguintes

Cabe ainda referir a existência de uma dívida à Águas do Zêzere e Coa, SA/Águas de Lisboa e Vale do Tejo, SA, no montante de 1.002.861,76 €, registada em provisões

-----De referenciar que em termos de execução orçamental, que neste momento temos uma execução em termos de receitas de 64,43%, isto com um total de execução de 6.728.876 euros (seis milhões setecentos e vinte e oito mil e oitocentos e setenta e seis euros), e em termos de despesas uma execução global à data de 22/09/2016 de 55,52%, e com um total de 5.792.733 euros (cinco milhões setecentos e noventa e dois mil setecentos e trinta e três euros). Por fim, referenciar que o saldo dos Fundos Disponíveis a 22/09/2016 se cifra em 330.786,37euros (trezentos e trinta mil setecentos e oitenta e seis euros e trinta e sete cêntimos)."

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. É para apreciar. Alguém quer falar e apreciar esta informação? Não havendo vamos passar para o próximo ponto na ordem de trabalhos."

-----**3.3. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 418/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Protocolo de Investimento entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a "INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A."**.

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Presidente quer apresentar a proposta?"

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Como sabem o papel do Município neste negócio dos Lacticínios da Marofa, é um papel para criar as condições para que se consiga concretizar este negócio e o seu desenvolvimento no concelho, e portanto temos que criar as condições necessárias para que este investimento que na minha perspetiva se reveste da maior importância para o desenvolvimento do concelho, e que naturalmente não só para a criação de riqueza mas também para a criação de postos de trabalho inerentes ao desenvolvimento do negócio, e tivemos aqui que entrar num processo de negociação com a empresa. Esta obviamente fez as suas exigências como em qualquer outro negócio, e claramente que caberia aqui ao Município também tentar ir ao encontro das expectativas destes investidores, porque obviamente que eles tem expectativas, e certamente tentar solucionar algumas das imposições que eles nos colocaram na altura. Efetivamente sabemos que estes projetos são estruturantes para o concelho, não só em termos de criação de emprego mas também da integração de desempregados, bem como no reforço da coesão social e económica de um território de baixa densidade, em que naturalmente cada vez menos empresas se querem sediar neste tipo de territórios. Portanto caberia aqui ao Município, tentar dentro das suas possibilidades, quer em termos financeiros quer logísticos satisfazer aquilo que eram as exigências, se assim se pode dizer da empresa. Dessas negociações resultou este Protocolo de Investimento, que elenca aí todo um conjunto de obrigações não só do Município para com a Empresa, mas também da Empresa para com o Município, e que estão aí espelhadas no respetivo Protocolo, que creio que V.Exas tiveram a oportunidade de analisar e que eu não vou estar aqui a explicar em pormenor, e portanto é isso que propomos então aqui à Assembleia Municipal, que delibere no sentido de aprovar este Protocolo de Investimento, para que seja viabilizado a realização deste investimento no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo."

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** Muito obrigado, Senhor Presidente. Está aberta a discussão? Tem a palavra o Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da

Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** "Boa tarde a todos. Na pessoa do Senhor Presidente da Assembleia saúdo todos os presentes. Queria também agradecer à minha colega, a Senhora Presidente da Junta de Freguesia de Mata de Lobos, pela forma como até agora nos têm estado a receber. Gostava de perguntar ao Senhor Presidente, se a Câmara tem uma ideia de quanto é que isto poderá ficar durante os dez anos que aqui consta neste Protocolo? E saber quais eram as garantias de postos de trabalho depois destes dez anos? Isto porque realmente já passei por uma situação idêntica, e é preciso ter cuidado com os valores que estes investimentos envolvem. Por isso gostaria de saber, se o Senhor Presidente tem uma ideia de quanto é que isto poderá ficar à Câmara Municipal durante estes dez anos? Era só isto que eu queria procurar."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado. Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Eu não estive presente nas últimas duas assembleias pelas razões que fiz chegar à Mesa, e fui apanhado de surpresa com o teor da última Assembleia nomeadamente que versava sobre este Protocolo, o qual não lhe chamo o Protocolo da discórdia porque é o Protocolo da concórdia, mas que suscitou uma acalorada discussão numa assembleia extraordinária sobre a forma legal de ele entrar na ordem de trabalhos. Dizer ao Senhor Presidente da Mesa, uma vez que eu li na ata que entendia que os órgãos não deveriam cumprir este tipo de ilegalidade, porque se deviam contorcer por forma a que certos interesses se sobrepussem aquilo que a Lei dita. Concordo até certo ponto pois acho que devemos tentar ir ao máximo possível, mas eu vejo aqui que não obstante essa discussão toda que houve e que deu azo a moções, de julho a setembro este Protocolo não foi presente a esta Assembleia, e portanto não havia urgência nenhuma e tudo não passou de uma manobra que foi trazido a este órgão para entreter os Senhores Deputados e não só, obviamente. Dizer que concordo perfeitamente, e enalteco os esforços que o Senhor Presidente da Câmara tem vindo a fazer para tentar reativar os Lacticínios, talvez seja a única grande indústria que se encontre desativada no concelho neste preciso momento, pois o concelho vivia muito dos seus lacticínios, da parte da produção de vinho e da transformação de granito, em que o vinho e o granito ainda continuam com algum vigor, mas os lacticínios estão conforme sabemos e não há grande solução para eles. Portanto, e voltando ao que eu disse, este Protocolo é o Protocolo da concórdia e não vejo que ninguém possa ir contra ao que está previsto nele, lamento foi o que aconteceu na última Assembleia porque era totalmente escusado, pois se houvesse urgência não estávamos desde treze de julho à espera até hoje que estamos quase em outubro para aprovar este Protocolo, e portanto não havia urgência nenhuma, e volto a frizar. Dizer ao Senhor Presidente, que uma vez que uma das obrigações da Câmara Municipal é comprar a ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais e colocá-la em funcionamento, de forma a que sirva os interesses não só da INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A. mas também de todas as indústrias na Zona Industrial, e dizer-lhe que o faça no último momento que seja possível para a Câmara Municipal, isto é, não há garantias que o negócio chegue a

bom porto, porque não somos videntes e a iniciativa privada é assim mesmo, existem diversas contingências que podem surgir em todo o processo, e não vai a Câmara Municipal ficar com o menino nas mãos e ficar com uma ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais e com o custo da sua operacionalização, manutenção e da colocação em serviço, para que depois não seja utilizada devidamente quando a devia utilizar. Assim sendo, Senhor Presidente tente não adquirir a ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, ou pelo menos não se comprometer até ao último momento que seja possível. Agora se estiver tudo claro obviamente que deverá avançar para fazer cumprir o Protocolo que votaremos evidentemente a favor. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "No fundo os Lacticínios e como diz o Senhor Paulo Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia, e bem, as multinacionais que se instalam por aí e depois fazem aquilo que todos nós sabemos, mas na minha opinião acho que vamos ter que correr o risco porque os Lacticínios é uma das palavras-chaves aqui do nosso concelho ligado à agricultura, e provavelmente irão dar um incremento grande a nível do leite, do queijo e ter que dar trabalho obrigatório. Realmente eu vou ser sincero, eu não li o Protocolo, mas não tenho dúvidas que a Câmara Municipal e os seus Técnicos, pois é para isso que tem lá técnicos, engenheiros e doutores e essa gente toda, e penso que fizeram um trabalho bem feito em que a autarquia não irá sair prejudicada, e portanto os Deputados da bancada do Partido Socialista irá votar favoravelmente."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Deputado. Mais intervenções? Vou passar a palavra ao Senhor Presidente para proceder aos esclarecimentos solicitados."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "O custo mais avultado que está aqui espelhado no Protocolo é efetivamente a aquisição da ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais. Naturalmente que esta questão foi levantada aqui pelo Senhor Deputado Luís Pereira, e é realmente a questão do negócio da ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, que ele seja concretizado o mais tarde possível, e apenas quando tivermos já firme certeza de que o negócio está fechado, e é isso que vai a contecer, é isso que está em cima da mesa, e é assim que está acordado com a Caixa Geral de Depósitos, porque a aquisição desta ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais é à Caixa Geral de Depósitos. Para isso teve que se fazer um destaque do terreno, de uma parcela da fábrica para que se conseguisse desagregar, para criar ali digamos um outro lote, separado, para se poder realizar a compra da ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, a qual é de 200.000,00 euros (duzentos mil euros), mas também é de referenciar aqui que essa ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, não só servirá apenas a fábrica mas toda a Zona Industrial, ou seja, as habitações e restantes indústrias ali naquela zona, isto porque segundo os entendidos aquela ETAR - Estação de Tratamento de Águas Residuais, tem capacidade para dar resposta às necessidades daquela Zona Industrial. Também e naturalmente aqui os custos inerentes à criação dos postos de

trabalho vão estar envolvidos, pois como sabem existe um Regulamento da Zona Industrial, o qual está aprovado e que define quais são os valores por cada posto de trabalho criado, portanto 1.000,00 euros (mil euros), por cada posto de trabalho e assim sucessivamente, e depois do sexto posto de trabalho inclusive passa para 5.000,00 euros (cinco mil euros), de acrescento para ajudar nos custos não só salariais mas da segurança social, ou seja, estes custos também terão que estar contabilizados. Dizer-lhes que nesta primeira fase está previsto criar vinte postos de trabalho logo numa primeira fase de arranque, e depois passará segundo eles, em dois anos conseguiremos eventualmente chegar, e se tudo correr bem obviamente, pois estas coisas dos negócios há sempre algum risco e incerteza, mas se tudo decorrer conforme o previsto poderão chegar na opinião da empresa aos quarenta postos de trabalho. Tudo o resto que está contabilizado no Protocolo são apoios, desde isenções da Derrama, na questão da comparticipação em Feiras, entre outros. Enfim, é todo um conjunto de intervenções em que eles possam incrementar o negócio, aumentar as vendas, possam criar maior notoriedade da marca no mercado e consolidar a situação financeira da empresa. Portanto eu penso que tudo aquilo que está aqui espelhado, quer das obrigações da INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A. para com o Município, porque é importante que a gente saliente isto, uma vez que o Município está salvaguardado também no que respeita as obrigações da INSULAC - Produtos Lácteos Açoreanos, S.A. para com o Município, porque esta ao beneficiar dos apoios do Município naturalmente que terá que fazer sempre a publicitação de que foi objeto de apoio, sempre que participar em Feiras também poderá contar com a participação de Técnicos do Município nessas Feiras, e logicamente fazer a promoção do concelho. Por outro lado, também se comprometem a que os postos de trabalho que sejam criados que empreguem pessoas do concelho e não de fora, que qualquer obra que seja realizada na fábrica que seja concretizada por empresas e empreiteiros locais, e quer queiramos quer não todas estas exigências que também lhe fizemos fazem com que a economia local seja dinamizada. Assim sendo houve esse compromisso, de que os postos de trabalho a contratar naturalmente dentro daquilo que existem, isto porque se tivermos a falar de quadros muito especializados provavelmente poderemos não ter no concelho e aí tem que recorrer fora, mas dentro daquilo que for a parte operacional da fábrica que todas as pessoas fossem do concelho, e era bom que conseguíssemos criar aqui muitos postos de trabalho. Portanto penso que tudo isto é importante, principalmente esta parte da dinamização da economia local, e também há aqui algumas contrapartidas e obrigações da Empresa para com o Município que fomos acautelando, pois é bom que se frize isto, porque nisto das negociações tem que haver cedências, contrapartidas e algumas exigências que tivemos que fazer, em que eles também cederam e que compreendem perfeitamente."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Vamos então colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.4. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 435/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Freguesia de Mata de Lobos.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra ao Senhor Presidente para apresentar este contrato de colaboração."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Foi solicitado há semelhança do que já aconteceu com outras freguesias, por parte da Freguesia de Mata de Lobos um apoio para que pudessem efetivamente adquirir aqui um equipamento que era necessário para a freguesia. Houve algumas freguesias que optaram por retroescavadoras, mas aqui a Mata de Lobos entendeu de que não necessitava desse equipamento, e portanto requereu um apoio para aquisição aqui de outro equipamento, o qual passava por uma máquina para corte de ervas, e queriam a comparticipação do Município no valor de 9.500,00 euros (nove mil e quinhentos euros), para poderem fazer face à compra do referido equipamento. Naturalmente e tal como já fizemos com outras freguesias, achamos que estes equipamentos são sempre importantes, para que possam desenvolver os seus trabalhos sempre em benefício da população e de todo um conjunto de famílias da freguesia, o que irá contribuir para a melhoria da qualidade de vida e dos serviços que são prestados, havendo assim um interesse para que isto seja aprovado. Portanto aquilo que vimos propor é que seja autorizado a celebração deste Contrato de Colaboração e de Comparticipação Financeira entre o Município de Figueira de Castelo Rodrigo e a Freguesia de Mata de Lobos no montante em causa."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Faça favor de intervir, Senhor Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia."-----

----- **Paulo Jorge da Cruz Batista, Presidente da Junta de Freguesia da União das Freguesias de Freixeda do Torrão, Quintã de Pero Martins e Penha de Águia:** "Na minha intervenção sobre este assunto quero dizer que apesar de apoiar totalmente este investimento que o Município está a fazer na Junta de Freguesia de Mata de Lobos, não posso deixar de expressar o que me vai na alma, porque há um ano atrás comprámos uma máquina retroescavadora que custou 36.000,00 euros (trinta e seis mil euros), e o Município apenas nos deu um terço do valor da máquina. Sinceramente acho que é bom, mas nestas situações julgo eu e falo porque houve outros casos idênticos, que se deveria ter mais atenção com atribuição destas verbas, isto porque um investimento de 36.000,00 euros (trinta e seis mil euros) é diferente de um investimento de 9.500,00 euros (nove mil e quinhentos euros), porque é o valor total da máquina. De qualquer maneira quero dar os parabéns à Câmara Municipal por ter apoiado a Junta de Freguesia, e que realmente irei votar a favor de certeza absoluta."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais intervenções? Não havendo vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 444/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação Semestral de Contas - 2016.**-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Se me permite, queria perguntar se era competência da Assembleia Municipal aprovar ou apenas tomar conhecimento? Eu penso que esta proposta esteja mal redigida."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Esta proposta está mal feita, porque isto é só remeter, uma vez que é competência de um auditor externo, e depois de recebido é só analisar, e portanto vamos fazer isso, mas como a Assembleia já tem esta documentação os

Senhores Deputados se a quiserem consultar estejam à vontade, pois na alínea d) do n.º 2 do artigo 77º da Lei n.º 73/2013, de 03 de setembro, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, também designada Lei das Finanças Locais, diz e passo a citar: «Deve o auditor externo remeter semestralmente aos órgãos executivo e deliberativo da entidade informação sobre a respetiva situação económica e financeira», ou seja, é apenas para remessa e não temos nem que apreciar, discutir nem aprovar, o que nos facilita a vida porque isto é responsabilidade do auditor. Assim sendo, vamos proceder à correção do ponto **3.5. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 444/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação Semestral de Contas - 2016**, passa a ter a seguinte redação: **«3.5. Conhecimento da Proposta n.º 444/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Prestação Semestral de Contas - 2016.»**-----

-----**3.6. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 445/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Isenção de Taxas - Vodafone Portugal – Comunicações S.A.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Faça favor Senhor Presidente, tem a palavra."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Foi solicitado pela Vodafone Portugal – Comunicações S.A., a isenção de taxas para a instalação de equipamentos tecnológicos, e nesse sentido veio aqui pedir que sejam isentados dessas taxas, isto à semelhança de anos anteriores e considerando que este equipamento é sempre importante para a população, no que concerne ao desenvolvimento aqui das telecomunicações e ampliar o seu sinal, neste caso, entendemos que era de facto aceitável isentar esta entidade do pagamento dessas taxas. Assim, propomos então aqui à Assembleia Municipal que aprove e autorize essa isenção de taxas."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Obrigado, Senhor Presidente. Quem quer discutir esta proposta? Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente desculpe estar a chateá-lo, mas o que é quer dizer esta isenção de taxas à Vodafone Portugal – Comunicações S.A? No fundo o que é que isto significa?"-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "A Vodafone quer instalar algumas antenas que são nas vias públicas, e essas antenas nas vias públicas tem uma taxa, ou seja, existe um Regulamento de Taxas e Licenças que define o pagamento de uma taxa para a respetiva instalação. Só que como estas antenas no fundo são em benefício e têm interesse para o concelho, e julgo que seja em prol do benefício de toda uma comunidade, e eles vêm solicitar a isenção, portanto entendemos que e à semelhança do que vem acontecendo já anteriormente, que de facto faz todo o sentido fazer um pedido de atribuição de isenção de taxas."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Agora já percebi. Eu não sou muito a favor que as grandes empresas não paguem, pois lá que não paguem os pequenos tudo bem, mas a Vodafone alguma migalha que tivesse que dar ao Município não havia problema nenhum."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Há um protocolo que está estabelecido entre as duas partes."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** “Já entendi que existe um protocolo e cedências da parte da Vodafone e por isso vou votar favoravelmente.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Mais alguém quer discutir esta proposta? Não havendo vamos votar a proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”-----

-----**3.7. Apreciação e Discussão e Aprovação da Proposta n.º 452/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Pedido de prorrogação do prazo de liquidação da “Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.”.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “ Tem a palavra o Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Dizer neste assunto que não foi possível efetivamente em tempo útil, procedermos à liquidação da Empresa “Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.” isto por razões diversas, porque estão constantemente a chegar documentos à Câmara Municipal repetitantes à Empresa e que tem condicionado o seu encerramento. Portanto terminava o prazo para o seu encerramento no final do mês de agosto, e naturalmente que o Município de Figueira de Castelo Rodrigo tinha que fazer a prorrogação do prazo, e isto fizemo-lo por mais seis meses, para que tivéssemos tempo necessário para se proceder definitivamente ao encerramento da Empresa Municipal. Obviamente que tentámos junto do Técnico e do Revisor Oficial de Contas, para que tivéssemos as contas encerradas e certificadas para que se pudesse fechar a Empresa Municipal, mas por várias razões tal não foi possível e a Lei permite esta prorrogação para o encerramento da liquidação da Empresa Municipal, isto por mais um ano, ao abrigo do n.º 2 do artigo 150.º do Código das Sociedades Comerciais, pelo que solicitámos então, e isto tinha que ser o liquidatário a requerer essa prorrogação de prazo, e ele fe-lo em tempo útil, que tinha de ser até ao dia trinta e um de agosto, e naturalmente que nós temos que aceitar esta prorrogação, para que se consiga concluir e finalizar este encerramento da “Figueira Cultura e Tempos Livres, E.M.”.”-----

----- **Henrique Manuel Ferreira da Silva, Primeiro Secretário da Mesa da Assembleia Municipal:** “Como o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia Municipal, Feliciano Pereira Martins se ausentou por uns instantes, vou avançar com os trabalhos. Assim sendo, algum dos Senhores Deputados pretende intervir? Não havendo passávamos à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes.”-----

-----**3.8. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 453/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Definição da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Vou passar a palavra ao Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “Relativamente ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis), como sabem cabe aqui ao Município fixar anualmente o valor da taxa municipal sobre imóveis, e depois aprovada aqui em sede de Assembleia Municipal. Entendemos que o Município também tem que ter aqui alguma discriminação positiva no que respeita não só às taxas e outros impostos, e portanto entendemos e à semelhança do que já foi feito nos anos anteriores, colocar aqui os valores mínimos quer para os Prédios Rústicos quer para os Prédios Urbanos, em que

estabelecemos então para os Prédios Rústicos o valor de 0.8% ao abrigo da Lei que permite isso e para os Prédios Urbanos 0,3%, pois estes são os valores mínimos admissíveis e previstos legalmente, e portanto é isso que queremos que seja aprovado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Discussão sobre esta proposta? Vou passar a palavra ao Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Senhor Presidente, eu penso que seria proveitoso fazer a discussão já desta e das três propostas seguintes porque são todas exatamente sobre o mesmo, ou seja, é aquilo que eu chamava antigamente, de pacote de benefícios fiscais possíveis de oferecer aqui no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, e pela primeira vez e felicito o Senhor Presidente da Câmara, pois teve a ousadia de aceitar aquilo que eu já vinha há dois anos a pedir, que era a devolução total da participação variável no IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), que era algo que a Câmara Municipal ainda não tinha aberto nunca, pois mantinha parte dos 5% a que tinha direito e neste momento ficou a 100% de devolução para os contribuintes com domicílio fiscal no concelho. Penso que com estas quatro propostas, o concelho pelo menos fica no máximo da sua competitividade a nível fiscal, isto é, aquilo que pode oferecer aos contribuintes a nível fiscal fica assegurado, e deixamos de ser uma ilha e passamos a ser um arquipélago aqui no Interior, porque nem todos Municípios certamente conseguirão chegar ao ponto de oferecer os mínimos legais, daí ter batalhado junto do Senhor Presidente da Câmara para que tal sucedesse, foi o primeiro ano e dou-lhe as minhas felicitações. Obviamente que aprovarei da minha parte, e penso que da Bancada do Partido Social Democrata também o fará, pelas razões que acabei de dizer. Obrigado."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Deputado. Faça o favor de intervir, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Eu estou de acordo, já que também não se pode baixar mais, isto porque quanto mais baixo melhor, mas como este executivo está nos mínimos dos mínimos que a Lei permite, portanto penso que toda a gente irá votar favoravelmente."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais discussão sobre esta proposta? Vou dar a palavra ao Senhor Deputado José Tondela."-----

----- **José Maria Quadrado Tondela, Deputado Municipal:** "Gostaria de perguntar ao Senhor Presidente se era possível quantificar, aquilo que o Senhor Deputado Luís Pereira disse que estava a reclamar há dois anos, quanto é que isso representa para a Câmara Municipal."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Eu posso dizer-lhes que em 2014 em termos de IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) houve uma receita de 402.232 euros (quatrocentos e dois mil duzentos e trinta e dois euros), em 2015 representou 407.697 euros (quatrocentos e sete mil seiscentos e noventa e sete euros), e neste ano vamos sensivelmente em 257.313 euros (duzentos e cinquenta e sete mil trezentos e treze euros). Quanto à devolução do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), não tenho aqui dados concretos mas julgo que andarà na ordem dos 60.000,00 euros (sessenta mil euros)."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** " Se não há mais ninguém a intervir vamos votar a proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.9. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 454/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Redução da Taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Faça favor de intervir, Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “No que respeita aqui ao IMI (Imposto Municipal sobre Imóveis) é possível fixar-se uma redução de imposto para o ano, isto em função também do agregado familiar, e a Lei permite isso. Nesse sentido, entendeu o Município de Figueira de Castelo Rodrigo que isto iria aumentar a sua competitividade em termos fiscais, e que igualmente deveríamos acrescentar este benefício em sede deste pacote fiscal que tínhamos aprovado, para que em função do número de dependentes também houvesse uma redução, e no ano passado esta redução era em percentagem e este ano a redução é um valor fixo, ou seja, em euros, tanto que para um dependente a cargo é uma redução de 20.00 euros (vinte euros), para dois dependentes a cargo é 40.00 euros (quarenta euros) e para três ou mais dependentes a cargo estamos a falar de 70.00 euros (setenta euros), e portanto penso que isto também e como dizia o Senhor Deputado Luís Pereira e bem, isto é um pacote integrado de medidas que visam essencialmente contribuir para que houvesse aqui alguma competitividade fiscal, alguns benefícios fiscais que são dados à população, e que na minha opinião considero que são sempre importantes para contribuir para que o rendimento disponível das famílias aumente, e isso é sempre de salutar.”-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Obrigado, Senhor Presidente. Se não houver mais intervenções vamos votar a proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Eu tenho que pedir desculpas ao público que aqui se encontra, porque já viram que hoje temos uma ordem de trabalhos bastante extensa, e por vezes pode haver pessoas que nunca vem assistir a estas assembleias que digam que os Deputados Municipais não fazem nada, só vão lá passar o tempo e ganhar o dinheiro da senha de presença, mas como vêm hoje a ordem de trabalhos é extensa e a sessão está a ser demorada.”-----

-----**3.10. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 455/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Participação no Imposto e o Rendimento das Pessoas Singulares (I.R.S) para o ano de 2017.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** “Tem a palavra, Senhor Presidente.”-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** “ Os Municípios também aqui ao abrigo da Lei das Finanças Locais tem a possibilidade de anualmente fixarem um valor, em termos de Participação variável do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares) a devolver neste caso à população, em que este valor variável pode ir até aos 5% no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial, isto relativamente aos rendimentos do ano anterior, calculada sobre a matéria coletável liquidadas as deduções previstas no Código do IRS. Assim sendo, entendemos que queríamos criar aqui medidas que fossem diferenciadoras para combater os elevados custos da Interioridade, para combater os desequilíbrios que se vão sentindo nestas regiões do Interior, e estes desequilíbrios no que respeita ao Litoral e Interior. Para conseguirmos aqui também fazer com que houvesse mais rendimento disponível nas famílias, e portanto isto são medidas de discriminação positiva

em favor das nossas populações. Assim decidiu o executivo, que este ano iríamos estabelecer 0% de devolução no que respeita à componente variável do IRS (Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares), e portanto é isto que está aqui para discussão e aprovação."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Quem se inscreve para discutir esta proposta? Não há muito a discutir como é óbvio, pois os contribuintes vão ter mais dinheiro no bolso, pelo menos os contribuintes de Figueira de Castelo Rodrigo. Faça favor de intervir, Senhor Deputado José Mano."-----

----- **José Orlando Sousa Mano, Deputado Municipal:** "Só um aparte, mas mais barato que no nosso concelho é impossível, pois estas medidas são para aplicar já este ano e não podem dizer que é por causa das eleições."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "Desculpe mas o melhor que o Senhor Presidente fazia era estabelecer 0% de redução."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "O objetivo é efetivamente criar aqui um pacote fiscal em benefício das populações, pois entendemos que seria bom para estimular a competitividade da economia, e até para atrair a fixação de pessoas no concelho."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Não havendo mais intervenções vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.11. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 456/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Lançamento de derrama a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de impostos sobre o rendimento das pessoas coletivas do exercício de 2016 a liquidar em 2017.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "O Senhor Presidente apresenta a proposta se fizer o favor."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Esta é uma medida direcionada para a vertente empresarial, pois como sabem os Municípios podem estabelecer aqui uma taxa de derrama que é aplicada às empresas sobre o lucro tributável, que pode ir até ao limite máximo de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento de pessoas coletivas. Entendemos também que aqui tínhamos que estabelecer algumas medidas de competitividade para as empresas, bem como ser diferenciadores no que respeita às micro e pequenas empresas, criando um pacote diferenciador e que permita isentar aquelas empresas que não faturem muito, e onorar aquelas que efetivamente realizem valores acima dos 150.000,00 euros (cento e cinquenta mil euros), e no fundo é isso que aqui está em causa, ou seja, solicitar aqui a aprovação da taxa de derrama a aplicar no ano de 2017, de 1,5% sobre o lucro tributável sujeito e não isento de imposto sobre o rendimento das pessoas coletivas, requerendo que isto fosse aplicado para valores superiores a 150.000,00 euros (cento e cinquenta mil euros), e que a Assembleia Municipal deliberasse isentar a derrama de todos os sujeitos passivos com sede social ou domicílio fiscal no concelho de Figueira de Castelo Rodrigo, cujo volume de negócios, no período anterior, não ultrapasse os 150.000,00 euros (cento e cinquenta mil euros)."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Alguém quer discutir esta proposta? Faça favor de intervir Senhor Deputado Luís Pereira."-----

----- **Luís Ricardo Beato Pereira, Deputado Municipal:** "É só para responder à provocação do Senhor Deputado José Mano, e dizer-lhe que todas estas propostas têm implementação em 2017, e não sei se sabe mas as eleições são para o ano."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Mais alguém quer intervir? Não havendo vamos votar a proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.12. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 465/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Contrato de Subconcessão de uso Privativo de imóveis e terreno envolvente – Estação de Barca d' Alva – Assunção de Compromissos Plurianuais.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Faça favor Senhor Presidente, tem a palavra."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Como sabem foi assumido aqui um contrato de Subconcessão com a IPPatrimónio - Infraestruturas de Portugal, no sentido de haver uma subconcessão do edificado em Barca d' Alva, no qual havia custos implícitos nesse contrato o qual se iria prolongar por um prazo de vinte anos, e como eu não tenho competência para tomar essa posição, tem que se trazer à Assembleia Municipal para que efetivamente delibere aqui na assunção de compromissos plurianuais, isto porque são custos durante vinte anos e tem que ser aprovado em Assembleia Municipal."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado. Quem é que quer discutir esta proposta? Não havendo discussão vamos votar a proposta. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.13. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 469/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Minuta de Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências do Serviço Público de Transporte de Passageiros.**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Senhor Presidente apresente a proposta se fizer o favor."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "A Lei n.º52/2015, de 9 de junho, aprovou o novo regime jurídico de serviço de transportes de passageiros, e aí estabeleceu que seriam os Municípios a assumirem-se como autoridades competentes no que respeita aos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros Municipais, e portanto aqui as Comunidades Intermunicipais seriam as autoridades de transporte competentes quanto aos Serviços Públicos de Transporte de Passageiros intermunicipais que se desenvolvam integralmente ou maioritariamente dentro dos seus territórios. Naturalmente que os Municípios, na sua grande maioria decidiram em reunião de CIM - Comunidade Intermunicipal que seria muito mais benéfico para as Câmaras Municipais delegarem essa competência nas respetivas Comunidades Intermunicipais, porque se criaria aqui escala suficiente para se poder reivindicar e fazer as negociações no que respeita ao transporte coletivos de passageiros. Portanto, no fundo o que aqui trazemos é um Contrato Interadministrativo de Delegação de Competências que prevê a salvaguarda dos níveis de despesa a suportar pelas autoridades de transporte, bem como o dever de informação e de solicitação de parecer prévio ao Município para a tomada de decisão,

relativamente aos Transportes Públicos Coletivos de Passageiros de âmbito municipal, mas que efetivamente tem de ser aqui apreciado e aprovado pela Assembleia Municipal."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer discutir a proposta? Não havendo discussão vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes."-----

-----**3.14. Apreciação, Discussão e Aprovação da Proposta n.º 380/2016 - PCM/MANDATO 2013-2017, Projeto de alteração ao Regulamento Municipal do Programa "Apoio ao Idoso "**-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Tem a palavra o Senhor Presidente para nos apresentar as alterações ao Regulamento."-----

----- **Paulo José Gomes Langrouva, Presidente da Câmara Municipal:** "Como sabem existe um Regulamento Municipal de Apoio ao Idoso, que foi aprovado em reunião de Câmara em 05 de abril de 2016, e que depois naturalmente também aprovado em Assembleia Municipal. Porém nesse regulamento existiam algumas cláusulas que provocavam alguns constrangimentos no que respeita a agilização de processos, ou seja, aqui definia que os destinatários tinham que ser os idosos com mais de 65 anos e com determinados níveis de rendimento. Assim, entendeu o Município que por vezes havia aqui constrangimentos nos desbloqueios e na celeridade das respostas que eram dadas às solicitações feitas, porque havia esta cláusula no Regulamento que determinava que tínhamos que apurar os rendimentos, e se eram rendimentos baixos tinham direito mas se não atingissem aquele nível de rendimentos já não teriam direito. Entendemos que por forma a simplificar tudo isto e para agilizar toda a celeridade na resposta a estes projetos, seria importante deixarmos de ter essa cláusula de obrigatoriedade em função dos rendimentos das pessoas, e que haveria que criar aqui as condições mínimas de agilização e de celeridade de resposta, porque aquilo que nos ia chegando por parte dos munícipes é que de facto isto tinha interesse, mas que quando a resposta era dada já era tardia ou demorada, e obviamente que percebemos que era necessário dar aqui algum impulso de celeridade ao Regulamento. No fundo são pequenas alterações que não mudam na substância, mas apenas em termos de agilização processual do Regulamento."-----

----- **Feliciano Pereira Martins, Presidente da Mesa da Assembleia Municipal:** "Muito obrigado, Senhor Presidente. Alguém quer discutir a proposta? Não havendo discussão vou colocar a proposta à votação. Colocada à votação a proposta foi aprovada por unanimidade dos votos dos membros presentes. Com esta votação chegámos ao fim dos trabalhos, e eu agradeço em nome da Assembleia Municipal a disponibilidade que este público da Mata de Lobos teve em participar nesta sessão, apareçam mais vezes se não for aqui é em Figueira de Castelo Rodrigo, pois há sessões ordinárias e extraordinárias, tanto que no mês de outubro vamos ter a nossa sessão extraordinária do Debate do Estado do Município, tal como o nosso regimento prevê sempre em outubro, vamos indicar essa data e estão também convidados a participar. Agradecer aos Senhores Deputados mais uma vez o esforço cívico que fizeram de colaborar nestes trabalhos. Muito obrigado e até à próxima."-----

-----A Assembleia Municipal deliberou por unanimidade de votos dos membros presentes, que a presente ata fosse aprovada em minuta, nos termos do n.º 3 do artigo 50.º, do Regimento da Assembleia Municipal e do n.º 3 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro. -----

----- Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Mesa da Assembleia declarou encerrada a sessão, quando eram dezassete horas e vinte minutos, da qual se lavrou a presente ata que vai ser assinada por mim, Lucília de Jesus Patrício Velho, Assistente Técnica da Câmara Municipal, que a secretariei e redigi, e pelo Senhor Presidente da Mesa da Assembleia, Feliciano Pereira Martins. -----